

Ministro decidirá se GDF continua a administrar dinheiro da Saúde

Humberto Costa vai analisar decisão do Conselho Nacional que pede o fim da autonomia do DF para gestão da verba da Saúde

SÉRGIO PARDELLAS

Está nas mãos do ministro da Saúde, Humberto Costa, a decisão que poderá transferir para o governo federal a responsabilidade pela administração dos recursos da Saúde no DF. Na noite de quarta-feira, o Conselho Nacional de Saúde recomendou – por 17 votos a 1 – o fim da gestão plena dos recursos do SUS pelo governo local.

Uma simples rubrica do ministro pode acabar com a autonomia do GDF de gerir a verba para o setor. O voto contrário, proferido na reunião de anteontem, foi do próprio ministério que preferiu aguardar a análise da Justiça sobre uma ação apresentada pelo Ministério Público antes de tomar qualquer posicionamento. Mas não significa que o ministro adotará a mesma postura. Ontem, recém-chegado da Finlândia, onde recebeu um prêmio

pela luta antitabagista, Costa evitou dar pistas sobre sua decisão:

– Vou aguardar a resolução oficial, que deverá chegar na próxima semana, para me manifestar – disse o ministro por intermédio de sua assessoria.

O porta-voz do GDF, Paulo Fona, enxergou motivações políticas na recomendação do Conselho de Saúde. Para Fona, o Conselho ignorou as medidas administrativas do governo para reestruturação do setor.

– Não foi levado em consideração, por exemplo, a criação de cem novos postos de Saúde, a inauguração de pronto-socorros e os investimentos de R\$ 40 milhões no Hospital de Base. Por que o conselho não se preocupa com a situação de estados onde foram registradas mortes por falhas gravíssimas observadas no sistema de saúde? – questionou.

Na prática a desabilitação, se homologada, vai alterar a dinâmica



Arquivo JB

SAÚDE Ministro vai aguardar resolução oficial antes de tomar decisão

dos repasses, condicionando o pagamento à comprovação de ações e serviços do governo local na Saúde. Todo mês, a Secretaria de Saúde

deverá apresentar uma espécie de prestação de contas.

Atualmente, o GDF recebe cerca de R\$ 11 milhões mensais para

investimentos na área, mas auditorias realizadas pelo grupo-tarefa, responsável por investigar o setor no DF, apontaram irregularidades na aplicação dos recursos. Pela inspeção, finalizada no último mês pelo grupo, o Programa Saúde na Família (PSF) atuaria com uma estrutura defasada e completamente distorcida daquela estabelecida pelo governo federal. oram detectadas falta de medicamentos, de enfermeiros e uma estrutura física inadequada, comprometendo o desenvolvimento das ações. Com base nessas investigações, o Ministério da Saúde autorizou o descredenciamento de 21 equipes do PSF.

– O que nos espanta é que apesar de todos os alertas, o GDF continuou com defasagens na área – disse ontem o Secretário de Atenção à Saúde, Jorge Solla.